

Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional	Tiragem: 124580
Título: A revolta dos taberneiros					Temática: Cartaz	GRP: 7.0
2006/09/01	VISAO – SETE – PORTO	Pág.7	Imagem: 1/1		Periodicidade: Semanal	Inv.: 3460.00

UM PASSEIO PELO PORTO

Por Germano Silva

A REVOLTA DOS TABERNEIROS

Contra os privilégios da Companhia

CAIU EM DESUSO, OU DESAPARECEU, pura e simplesmente, desta cidade, o medieval costume de pôr à porta das tabernas um ramo de loureiro, sinal de que no estabelecimento havia sido aberta pipa nova. Esta velha usança vinha do tempo antigo em que os municípios impunham ao comércio retalhista de vinho de consumo a obrigatoriedade de colocarem à porta dos estabelecimentos o tal ramo de louro como meio identificador dos locais onde se vendia vinho a quartilho, a fim de serem fiscalizados pelos almotacés municipais. Com a fundação, em 1756, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, a venda, no Porto, do vinho a retalho passou a ser um negócio exclusivo da Companhia. Os taberneiros da cidade é que não gostaram da medida tomada pelo primeiro-ministro de D. José, o celebrado Marquês de Pombal, e revoltaram-se, na manhã do dia 23 de Fevereiro de 1757. Aos protestos dos comerciantes juntou-se o do povo. Aqueles temiam a sua ruína económica; este receava o aumento do preço do vinho. Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês, castigaria, posteriormente, os revoltosos, de forma bárbara e severa. Nada há aí pela cidade que evoque esse triste acontecimento. Mas é possível, com base no que ficou da crónica do tempo, reconstituir o percurso dos revoltosos.

1 Foi do antigo Largo do Olival, junto da porta do mesmo nome que havia na muralha fernandina, muito perto do sítio onde fora construído o primitivo edifício da Cadeia da Relação, o qual se havia desmoronado cinco anos antes (1752) que, aos gritos de "Morra a Companhia! Viva o povo! Viva El-Rei! Morram os tratantes..." os taberneiros, "a que se juntaram escravos, rameiras e vadios" deram início à rebelião contra os privilégios que a Companhia passava a usufruir.

2 A actual Rua de S. Bento da Vitória foi em tempos muito distantes a continuação da Rua de S. Miguel, onde o mosteiro de S. Domingos possuía umas casas "junto ao Terreiro da Porta do Olival, da parte nascente, que têm umas colunas à porta..." Essas casas, numa fria manhã de Fevereiro de 1757, assistiram à passagem do alvoroço popular que começou pelas 9 horas da manhã e foi muito para além do meio-dia.

3 Estas são as Escadas da Vitória. Mas a sua designação nem sempre foi esta. Chamavam-se, em tempos idos, Escadas da Esnoga que é uma corruptela da palavra sinagoga. Havia uma razão de peso para esta denominação: situava-se por estes sítios o templo dos judeus portugueses. A fazer fé nos relatos que chegaram até nossos dias, os taberneiros e o povo amotinado passaram por aqui em correria sempre a gritar "Viva o povo" e "Morra a Companhia".

4 No Largo de S. Domingos, "junto ao chafariz" vivia o juiz do povo. Os amotinados entraram-lhe em casa e foram encontrá-lo na cama, doente. Obrigaram-no a entrar numa cadeirinha em que o conduziram até à residência do chanceler para lhe solicitar a extinção da Companhia. Andavam nisto, de um lado para o outro, entre seis e sete mil pessoas, no meio de um grande alvoroço enquanto, nas torres da Catedral e da igreja da Misericórdia, os sinos tocavam a rebate...

5 Na Rua Chã vivia o provedor da Companhia, Luís Beleza de Andrade. Foi para aí que, do Lar de S. Domingos, pela Rua das Flores e Largo da Feira de S. Bento (actual Praça de Almeida Garrett, os revoltosos se dirigiram. O pretexto era sempre o mesmo: exigir de quem tivesse poderes para o fazer, a extinção da Companhia. Um criado do provedor recebeu os amotinados a tiro o que lhes exasperou os ânimos. Resultado: a casa de Luís Beleza foi assaltada e todo o seu recheio destruído.

FOTOS: LUCÍLIA MONTEIRO

